

Romper fronteiras: a pecuária em direção aos pantanais e à Amazônia

Breaking frontiers: livestock towards the wetlands and the Amazon

Illyane do Rocio Kmitta*
Eudes Fernando Leite**

Palavras-chave:
Centro-Oeste
Agropecuária
Pantanal

Resumo: Apresentar breves considerações sobre a ideia da agropecuária enquanto atividade potencial para o Pantanal e como essa atividade estava atrelada aos discursos políticos de ocupação não indígena do Centro Oeste e da Amazônia. Para tanto, ancoramos nossa compreensão em obras de autores que, de longa data, têm suas pesquisas registradas em periódicos, livros e produções acadêmicas que trazem resultados de estudos, auxiliando no entendimento das ações e dos projetos políticos propostos para alavancar a pecuária atrelada à abertura de novas frentes de ocupação e produção.

Keywords:
Midwest
Agriculture
Pantanal

Abstract: Present brief considerations on the idea of agriculture as a potential activity for the Pantanal and how this activity was linked to political discourses of non-indigenous occupation in the Midwest and the Amazon. To this end, we anchor our understanding in the works of authors whose research has long been registered in journals, books and academic productions that bring results from studies, helping to understand the actions and political projects proposed to leverage livestock linked to the opening of new fronts. occupation and production.

Recebido em 06 de março de 2023. Aprovado em 10 de julho de 2023.

Ponderações iniciais: gente e ambiente

O levantamento e a análise de inúmeras fontes bibliográficas relativas à historiografia de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul possibilitaram amear conhecimentos produzidos sobre o desenvolvimento econômico e os impactos ambientais gerados, em especial no Pantanal, tendo a agropecuária como atividade produtiva contribuinte na economia regional.

Associado a isso, as leituras e pesquisas no campo da História Ambiental têm apresentado aspectos da historiografia que ainda podem e devem ser pesquisados, de modo a produzir olhares múltiplos sobre objetos e temáticas que perfazem a historiografia regional, ainda pouco discutidos no âmbito da História Ambiental, como a sociobiodiversidade.

Nesse contexto, para larguear estudos e pesquisas em História Ambiental, é possível server muitas informações no que concerne a escrita da História de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, seja em estudos acadêmicos, seja em obras de autores diversos como: Virgílio Correa Filho (1946, 1955), Rubens de Mendonça, Fausto Vieira de Campos (1960); Raul Silveira de Mello (1966); Lucídio Rondon (1971, 1972a, 1972b); Lenine Póvoas (1977); Lécio Gomes de Souza (1973); José de Barros Neto (1979); Augusto Cesar Proença (1997). São obras importantes que oferecem elementos e/ou objetos para estudos no campo da História Ambiental, indicando ainda outras fontes que permitem agregar novos temas de grande relevância para a história e a historiografia.

Cabe citar, como exemplo, *Fazendas de Gado no Pantanal Mato-Grossense*, de Virgílio Correa Filho, obra iniciada em 1951 e publicada pelo

* Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora da Graduação em História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

** Doutor em História. Professor na graduação e no Programa de Pós-graduação em História (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Serviço de Informação Agrícola, cuja finalidade foi apresentar o cenário das características e das variações na criação do gado numa área singular como o Pantanal e compará-lo com as demais áreas do território nacional, de acordo com as condições ambientais aliadas à biodiversidade encontrada. A obra é parte integrante do plano de Documentação da vida rural, abrangendo aspectos como engenhos, fazendas, garimpos, estâncias, sítios, registrando as feições do meio rural, e está dividida em: meio geográfico, formação histórica, ambiente social, apêndice (glossário e notas). Integrou uma coleção, cujos volumes anteriores já haviam apresentado aspectos peculiares de outras regiões do país; informações sobre as particularidades ambientais, sociais e econômicas de regiões específicas do território nacional, com ênfase maior nas riquezas naturais específicas de cada região.

Em *Retratos de Mato Grosso*, livro escrito por Fausto Vieira de Campos, com seus 14 capítulos, encontramos elementos primordiais para estudo e pesquisa. A primeira edição data de 1955, sendo rapidamente esgotada; assim, a solicitação inusitada para publicação de mais exemplares foi atendida, conforme consta no prefácio, “principalmente por pessoas residentes nos Estados Unidos” (CAMPOS, 1960, p. 5). A segunda edição, publicada em 1960, vem com acréscimo de informações, face ao comprometimento com trabalhos relacionados à propaganda do Estado de Mato Grosso, entre eles a *Revista Brasil Oeste*. Encontramos, no prefácio, a seguinte explicação para a sua segunda edição:

Apresentamos a obra completamente atualizada e acrescida de novos elementos. Indicamos, outrossim, problemas entrosados no desenvolvimento econômico de Mato Grosso, que ainda continuam sem solução. Temos em vista alertar os homens de negócio, emular iniciativas construtivas, favorecer empreendimentos que compensem o emprego produtivo do capital e ensejem sanar as lacunas que se notam nos domínios da produção em Mato Grosso. (CAMPOS, 1960, p. 5).

Entre as dificuldades a serem vencidas, havia as enchentes no Pantanal, o acesso e o transporte, dificuldades que exigiam a abertura de estradas para escoamento dos produtos. A natureza se mostrava em sua exuberância e não agradava aos investidores: era necessário sanar as lacunas que dificultavam o desenvolvimento. Nas páginas finais, encontra-se o agradecimento pelo auxílio na publicação às firmas industriais e comerciais de São Paulo, Mato Grosso, dentre elas estão: Frigorífico Matogrossense S.A que colabora com a geoeconomia e a agropecuária; Amaralville; Squibb-Mathieson e E.R. Squibb & Sons S. A, ambas distribuidoras de produtos para a pecuária; Colonizadora Norte Mato Grosso; Cia Mate Laranjeira S.A; Companhia Portland; Firestone e Editora Brasil-Oeste Ltda (CAMPOS, 1960).

Em muitas obras, como as escritas por Virgílio Corrêa Filho, são identificados elementos concernentes à afirmação de que, a partir dos anos de 1950, não se falava mais em ocupação dos pantanais e, sim, da sua utilização enquanto uma área produtora de dividendos e investimentos em detrimento de seus ecossistemas. Os escritos sobre os pantanais e a região, elencaram detalhes e pormenores de toda sua biodiversidade. A natureza era vista como deletéria; para tanto, deveria ser vencida por aqueles que ali chegavam para colocar em prática os projetos de ocupação da terra e colonização, por exemplo, em meados dos anos de 1940 – em 1947 mais especificamente – ocorreu um processo mais intenso de colonização no Norte de Mato Grosso, no planalto, com a implantação de projetos oficiais e de empresas particulares e estrangeiras, o que gerou um promissor mercado de aquisição e exploração de terras agricultáveis e da extração de madeira, facilmente comercializadas, da caça indiscriminada, devastação e queimadas na implantação de fazendas que atuavam como fator relevante para a alteração e o desequilíbrio ecológico no Pantanal de Corumbá (KMITTA, 2016).

O geógrafo Aziz Ab’Saber (1988), autor referencial sobre os estudos a respeito do Pantanal, salienta que foi no final do Pleistoceno que se definiram as características ambientais dessa região;

marcada por características específicas de áreas úmidas, fator impactante sobre o estabelecimento de um modo de vida na planície inundável e, conseqüentemente, formaram-se os entretécidos dos ecossistemas tanto terrestre quanto aquático e subaquático.

Ao nos referirmos à grande planície inundável denominada Pantanal, falamos de uma região que abriga várias sub-regiões formadas por diferentes unidades de paisagens, e que, tal qual um mosaico, é formada pela composição de diferentes partes que se completam, sendo essas partes suas quatro regiões fitoecológicas, constituídas pelas florestas estacionais decíduas, florestas estacionais semidecíduas, savanas e savanas estéticas (SILVA; ABDON, 1998a), com características geológicas e hidrológicas específicas, em uma vasta área situada no interior da América do Sul. Sendo uma área fisiográfica composta por 15 municípios, sendo 6 (seis) no estado do Mato Grosso ocupando 34,27% da área do Pantanal; e 9 (nove), no estado do Mato Grosso do Sul ocupando 65,73% da área do Pantanal. Corumbá (44,31%), Poconé (10,01%), Cáceres (9,44%) e Aquidauana (9,31%) são os municípios que mais contribuem para a formação da área do Pantanal (SILVA; ABDON, 1998a, p. 1706-1707).

Breve sobrevoos sobre os textos

Muito da produção escrita na historiografia leva a uma reflexão sobre questões consideradas ambíguas e contraditórias durante o período de urbanização e consolidação da industrialização no Brasil. Ao mesmo tempo em que havia uma preocupação do governo com a ocupação do interior, para que aqueles desprovidos de recursos conseguissem alcançar meios para consumir os produtos fabricados no meio urbano, este mesmo governo não lhes proporcionava condições necessárias para isso, pois a prioridade de investimentos recaía sobre propriedades consolidadas e o êxodo rural era uma ameaça e um recurso para o equilíbrio da industrialização no meio urbano. Essa situação gerava preocupações com aqueles que se mantinham ligados às atividades

produtivas desempenhadas no meio rural, ou seja, o extrativismo, a agricultura e a pecuária.

Em Mato Grosso, é importante ressaltar, a pecuária bovina se consolidou em atividade econômica rentável durante o século XIX e XX, tornando-se seguramente autônoma, para influenciar a economia do estado e se fazer sob os conceitos de tradicional, de pioneirismo, de migrações e de comércio, fenômenos que encobrem conflitos de posse e hereditariedade da terra e dos cargos políticos tão disputados atualmente no Estado (MENDONÇA, 1970; BORGES, 2001; CORRÊA, 2005; BARROZO, 2010). Vale lembrar que:

Mato Grosso, localizado a oeste da região Centro-Oeste do Brasil, devido à sua condição geográfica, desde o período colonial estabelecia uma íntima relação econômica, social e cultural com os países do Prata, pois até a sua divisão territorial, ocorrida em 1977, fazia fronteira com a Bolívia e a República do Paraguai. Esta intensa relação estabelecida na fronteira meridional de Mato Grosso foi favorecida pela navegabilidade do rio Paraguai e seus afluentes, assim como a extensão deles. A Bacia do Prata acha-se representada na região Centro-Oeste com uma área de 345.701 km². (GOMES, 2018, p. 24).

Os trabalhadores vistos como rurais, normalmente bastante vinculados às atividades pastoris, eram norteados por concepções culturais e políticas provindas dessa realidade em que a lida com o gado envolvia a condução de boiadas até seu destino nas fazendas dedicadas à criação bovina. Esse homem tornou-se parte integrante da sociedade, alimentando círculos de representação cultural influente na formação social de um coletivo identitário que os significaria como pantaneiros.

Albana Xavier Nogueira (2002), ao mencionar questões referentes à influência do gado na construção identitária do homem pantaneiro, procurou averiguar a veracidade dessa conceituação, constatando, na análise do vocabulário por eles pronunciados, que existe uma profunda influência das atividades produtivas, por eles realizadas, na

formação de círculos culturais e sociais de vivência. Em *Marchas na História comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal*, Leite (2003) discutiu o processo de modernização econômica vivenciado no país, demonstrando que a atividade de conduzir gado não desapareceu, mas sofreu impactos da modernização, o que influenciou parcialmente o trabalho das comitivas, inclusive na formação profissional de alguns de seus integrantes, sem que suas características culturais tenham se perdido.

Para Esselin (2003), a pecuária está estreitamente ligada ao desenvolvimento de atividades econômicas como a aquisição de terras, que influenciaram os quadros políticos do Mato Grosso, com predominância das famílias tradicionais, que enriqueceram por meio da formação de grandes propriedades. Sobre a questão agrária no Mato Grosso, João Carlos Barrozo, chama a atenção para pontos relevantes que, por sua vez, estão ligados a Lei de Terras. Para o autor,

No período republicano os governadores usaram as terras públicas como moeda de troca para negociar cargos públicos e apoio político. A elite política do estado se apropriou das terras devolutas, constituindo imensos latifúndios, através de fraudes, concessões gratuitas, arrendamentos de áreas maiores do que era permitido legalmente e fraudes cartoriais. [...] Funcionários do Departamento de Terras e Colonização, frequentemente se envolveram em fraudes, sendo alvo de denúncias, comissões de inquérito e processos. Alguns cartórios e seus titulares se notabilizaram pelas fraudes nos registros de imóveis (BARROZO, 2018, p. 197).

Outro fator de suma relevância é que, na medida em que a pecuária avançava e grandes propriedades surgiam, ocorria uma transformação ambiental significativa, que interferia tanto no *modus operandi* como no *modus vivendi*, implicando modificações antropocêntricas. Estudos realizados por Girardi e Rossetto (2011, p. 6), salientam que, no curso da colonização do Brasil, a pecuária também foi responsável pela ampliação e consolidação do território nacional:

No estabelecimento da pecuária, quando não há a disponibilidade de pastos naturais, faz-se necessária remoção da vegetação arbórea natural para a criação de pastagens plantadas. No Brasil, os pastos naturais ocorrem com maior abundância em dois biomas: o Pampa e o Pantanal.

No caso do Pantanal, a pecuária foi, desde o início, uma atividade impactante e assim permanece até hoje em toda a região dos pantanais, seja no Mato Grosso, seja no Mato Grosso do Sul. Da capitania, passando pela província e alcançando a condição de estado, ao lado de atividades extrativistas como a exploração mineral, dos seringais, das matas de poaia e da erva mate, os Séculos XVII, XIX e XX foram tempos de fortes impactos sobre o mundo natural. Assim, é possível afirmar que a ocupação efetiva de Mato Grosso está baseada nessas atividades, seja no Pantanal e na bacia do Alto Paraguai, destarte, os “[...] primeiros estabelecimentos pecuaristas da região foram concedidos sob o regime das sesmarias, que constituem a origem agrária do Pantanal” (GIRARDI; ROSSETTO, 2011, p. 6).

Associado a tais aspectos, devemos entender que o desenvolvimento dessa região teve uma função estratégica no que concerne ao estabelecimento e demarcação de limites territoriais a Oeste, que foram se configurando no pós-Guerra com o Paraguai, conforme observa o historiador Paulo Roberto Cimo Queiróz (2008). A definição dos marcos fronteiriços, entre os estados nacionais, ressaltou as características ambientais dessa região e que favoreciam o extrativismo, seja da erva mate ou madeira, culminando com a ocupação da terra.

Ao tratar sobre extrativismo e pecuária, Tadeu Borges (2001, p. 50), escreve:

As principais exportações de Mato Grosso entre 1870-1930 podem ser agrupadas em duas grandes classes: a dos produtos extrativos (ipecacuanha, borracha e erva-mate, esta última envolvendo algum tipo de beneficiamento) e a de produtos da pecuária ou de derivados dela (gado em pé, couros, charque, caldo e extrato de carne). É significativo o

fato de nenhum produto propriamente agrícola tivesse sido importante na pauta de exportações: tratava-se, em última análise, de explorar certas “vantagens absolutas” de Mato Grosso por meio da extração de produtos nativos ou da utilização de vastíssimas pastagens naturais.

Essa afirmação nos leva a considerar que a antropização e a intensidade com que ela se dá em tais espaços, se constitui em

[...] um processo complexo que não pode ser relacionado unicamente com uma atividade isolada; ele deve ser considerado no contexto geral da produção do espaço de um país, de suas políticas econômica, regional, territorial e populacional. Por isso, a ocupação, por exemplo, do Pantanal, está ligada a outros processos nacionais e internacionais que influenciam a sua dinâmica, de forma que ela não é imutável e as formas de apropriação da natureza podem passar por transformações, sendo mais ou menos depredatórias. (GIRARDI; ROSSETTO, 2011, p. 7).

A década de 1950 é um período-chave para entender o expansionismo em direção à Amazônia, ao mesmo tempo em que colocava o Centro-Oeste no mesmo pacote, conforme assegura Alcir Lenharo (1982), a respeito das políticas varguistas da “Marcha para o Oeste”. Os estudos apresentados por Oliveira (2016, p. 163), sinalizam que a “[...] história dessa ocupação começou na década de 1940, no governo Vargas. Conhecida como ‘Marcha para o Oeste’, a política oficial de ocupação do Centro-Oeste e Amazônia, pelo Estado brasileiro, contou com a primeira expedição na região do Araguaia, a ‘Expedição Roncador-Xingu’”.

Em meados de 1970, registrou-se um aumento exponencial do rebanho bovino; cabe notar que esse fenômeno “[...] ocorreu principalmente pela abertura da fronteira para a agropecuária no Cerrado e na Amazônia, também a partir da década de 1970” (GIRARDI; ROSSETTO, 2011, p. 9).

Para Barrozo (2018), o avanço aconteceu de forma institucionalizada, por meio da ação

de agência do Estado que tinha por finalidade implementar políticas de “povoamento”. Para o referido autor,

[...] em 1953, o Plano de Valorização da Amazônia passou à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). O Plano objetivava desenvolver uma política de povoamento do Centro-Oeste e da Amazônia que, na concepção de Vargas, deveriam ser povoadas e integradas ao Brasil. (BARROZO, 2018, p. 198).

Trata-se de um fenômeno ligado à abertura ou à ocupação não indígena das fronteiras para o norte, rumo à Amazônia por frentes colonizadoras. Ponto de inflexão e de grande relevância, pois chama a atenção para o alargamento das fronteiras produtivas e de desapropriação de culturas, decorrentes do crescimento da produção agrícola em São Paulo, Minas, Goiás, ampliando a demanda por novas áreas a serem convertidas em pastagens (GIRARDI; ROSSETTO, 2011).

Nesse contexto, foi criada, em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. O que se viu foi que de “[...] 1966 até meados da década de 1980, foram aprovados pela SUDAM 268 projetos empresariais em Mato Grosso, a maior parte projetos agropecuários” (BARROZO, 2018, p. 204).

Na assertiva de Oliveira (2016, p. 161):

[...] o estudo do processo histórico da ocupação dessa imensa área coberta ao norte, principalmente, pela floresta Amazônica e a sul pelo cerrado marcam o grande norte do estado Mato Grosso, através dos projetos agropecuários financiados pelos incentivos fiscais concedidos pela SUDAM, revela, por exemplo, no Araguaia, que estamos diante da mais extensa área desmatada na região e que tem apresentado baixos resultados econômicos, face à vasta destruição do ecossistema e à pouca rentabilidade e produtividade das atividades agropecuárias implantadas. Este processo trouxe também, para a grande região em geral, o

aprofundamento da concentração fundiária.

No que tange à SUDAM, muitos dos projetos aprovados serviram para colocar em primeiro lugar, prática a aquisição e a privatização de extensas áreas que adentravam os territórios indígenas; em segundo, a destruição de extensas áreas florestais e da biodiversidade. A aposta era uma indústria-chave voltada para fora e de indução de mudanças e estruturas internas, com base em projetos geradores de empreendimentos, sem carência de requisitos, e a atividade-chave seria a pecuária. É relevante apontar que “[...] a atuação da SUDAM se fez via criação de um fundo de investimentos (FIDAM) e da ação do BASA – Banco da Amazônia S/A. Foi assim, por intermédio da SUDAM, que grandes grupos econômicos investiram em projetos agropecuários na região do Araguaia mato-grossense” (OLIVEIRA 2016, p. 165).

No espectro dos projetos de desenvolvimento econômico dos anos 1970, a Amazônia era parte a ser integrada ao modelo capitalista na busca de inserir áreas consideradas “desocupadas”. Mato Grosso, em sua porção norte inseriu-se na chamada Amazônia legal e, assim, respondeu à demanda produtiva duplamente: seu território vinculou-se à Amazônia, ao mesmo tempo que é composto por parte do pantanal brasileiro. E a perspectiva do Estado brasileiro em transformar essas regiões consideradas, enquanto fronteiras, ambiente da produção agropecuária, progressivamente fez gerar políticas e práticas colonizadoras que desprezavam as características ambientais, ignorando, inclusive, a diversidade e a complexidade das sociedades indígenas ali existentes (MARTINS, 1998; LENHARO, 1982).

E, para o Pantanal, era necessário colocar em prática o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, juntamente com fazendeiros, empresários rurais, considerados “úteis” na elaboração e execução do projeto. Como foco principal, figuravam as obras de infraestrutura que resultariam no aumento da produção do rebanho bovino, numa área que “fabrica o boi mais

barato do mundo” mesmo em condições climáticas adversas. O programa criado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), denominado como PRODEPAN – entre os anos de 1974 a 1978 –, constituiu-se como um conjunto de medidas que visavam a dotar o Pantanal de condições adequadas que possibilitassem a melhor utilização dos amplos recursos oriundos dos fundos de investimentos do Governo Federal, gerados a partir da década de 1960 e que almejavam a modernização de setores como a agropecuária e a agroindústria no Brasil.

Cabe observar que, no Brasil, o projeto modernizador correspondia a um significativo conjunto de transformações, de mudanças sociais e técnicas centradas unicamente na passagem de uma produção de base local, cujos componentes tanto espaciais quanto produtivos estavam ou situavam-se em âmbito regional e nas especificidades ambientais destas, para uma base de produção vista como inovadora pelo Governo Federal.

Foram ações que articularam mudanças na produção econômica de caráter regional com demandas da geopolítica, sob inspiração de concepções militares para a garantia das fronteiras brasileiras. Como bem observa Barrozo (2018, p. 206),

A política de terras desenvolvida na Amazônia e em Mato Grosso, a partir de 1970, tinha o objetivo de reocupar os espaços com agricultores de áreas de minifúndio do sul, e do semiárido do Nordeste, os quais produziram para o mercado, e ocupariam o espaço para garantir a segurança nas fronteiras da Amazônia brasileira.

Esses aspectos são pautados no *Relatório de Pesquisa Avaliação dos Projetos de Colonização Oficiais no Estado de Mato Grosso*, realizado em 1988, com financiamentos da SUDAM. Os estudos foram apresentados no Cadernos do NERU, em número especial datado de 1994, e trazem aspectos da colonização oficial dirigida, a qual, no caso do MT, visava à efetivação das ocupações de terras por pequenos produtores e, ao mesmo tempo, coordenava estratégias para a ampliação

do processo de uma ampla distribuição de terras na fronteira, não apenas no âmbito regional mas também nacional por meio do Programa Nacional de Integração, cuja finalidade era evitar “a redistribuição de terras já apropriadas no resto do país” (CASTRO; BARROZO *et al.*, 2002). O que se observa é o resultado inverso, pois se acirraram os conflitos no que se refere à reforma agrária e aos assentamentos, e acentuou-se a concentração fundiária, características delineadas nas décadas de 1970 a 1990 e que, atualmente, se reconfiguram e ganham força e intensidade na Amazônia.

É nesse quadro de investimentos que entra a necessidade de abrir áreas cada vez maiores para a agropecuária, considerada o cartão de entrada do agronegócio no Centro-Oeste e Norte do país. Investimentos rentáveis, de modo que extensões territoriais como Cerrado, Pantanal e Amazônia se transformam em figurinhas premiadas no álbum do capital internacional, que se utiliza dos mecanismos comuns de domínio, produção e apropriação da natureza e dos ambientes propícios ao capital.

Pantanal e pecuária: caminhos e práticas articulados no ritmo das águas

Face aos resultados das pesquisas realizadas (KMITTA, 2016), muitas foram as informações no que concerne à crise enfrentada pelos pecuaristas decorrentes da enchente de 1974, cujas consequências resultaram em prejuízos para a economia pastoril. Pecuáristas afetados pela enchente encaminharam ofício ao Ministro da Agricultura, com estudos e sugestões em busca de solução para as dificuldades encontradas por eles enfrentadas; dois fatores colocaram os pecuaristas em extrema dificuldade financeira: o primeiro foi a inundação que gerou prejuízos e, ato contínuo, a necessidade de vender os animais em função das enchentes que atingiram as propriedades. Há uma abertura e um acesso a esse ministério por parte de políticos locais, que defendiam interesses voltados aos proprietários de fazendas nos pantanais. Cabe

lembrar que, nos pantanais, a posse das terras é marcada pelas grandes propriedades e sua hereditariedade, intensificando-se a concentração fundiária, ou seja, concentrando aproximadamente 85% de todo bioma Pantanal.

As estimativas dos pecuaristas era que a crise na pecuária, duraria em torno de três anos e estava em consonância com a crise econômica no mundo; portanto, caberia ao governo conter o abate e a importação de carne. O argumento que acompanhou as queixas era a de que os pecuaristas pantaneiros estavam em piores situações e mais afetados financeiramente em relação os demais no país, e que, por isso, a aprovação de créditos pelo governo se fazia urgente. Contudo, a melhor solução seria a abertura de estradas para a locomoção do gado, fator positivo para a comercialização; desse modo, os preços e as necessidades dos pecuaristas caminhariam juntas, sem que se tomassem medidas como a contenção do abate para os grandes pecuaristas e o prejuízo absoluto para os pequenos e médios criadores.

Outro ponto que preocupava os pecuaristas dizia respeito aos pequenos e médios produtores, os quais deveriam pensar muito antes de pleitearem empréstimos, porque, em situação de eventual inadimplência, teriam que vender suas terras e seus rebanhos. Uma saída para o problema seria trabalhar com os grandes pecuaristas em suas terras que formariam uma única fazenda. Ou seja, de pequeno proprietário, passaria a empregado, trabalhando sob o domínio do grande pecuarista.

Entre os ofícios encontrados no decorrer das pesquisas, um chamou a atenção: o do Sindicato Rural de Corumbá ao Ministro da Agricultura Alysso Paulinelli, onde consta que, com lealdade verdadeira, os pecuaristas apresentavam a situação do Pantanal, salientando as operações de vendas de 1974, feitas sob pressão baixista que não cobriram despesas com insumos, e que houve alta dos preços, que o boi desvalorizou, não restando outra opção que não fosse solicitar créditos com pagamentos previstos para até cinco anos, ou mais, com parcelamentos e descontos progressivos, de 10, 20, 30 e 40%, sendo desconsiderados juros nos primeiros pagamentos; e em caso de carência,

pagando-se somente os juros. A justificativa era de que os prazos reduzidos sacrificavam os rebanhos.

Assinado por Pedro Delfino da Costa, o ofício foi entregue ao Ministro da Agricultura pelo senador Italívio Coelho, que tinha fundamental interesse nas negociações. O Ministro defendia a abertura de estradas e a aquisição das pequenas propriedades, fator que passava despercebido ou encoberto pela justificativa dos prejuízos das enchentes e a dificuldade dos pequenos produtores de obterem créditos, o que inviabilizava a produção. Defendia, ainda, que a aquisição das pequenas propriedades era uma maneira de manter o Pantanal nas mãos daqueles que sabem trabalhar com a pecuária.

O período de estiagem, com início em 1963, culminando com a enchente de 1974, totalizando um período de dez anos de secas, levou os pecuaristas a buscarem solução para o aumento da produtividade, viabilizando maior rentabilidade e acirrando, ainda mais, as práticas agressivas nada sustentáveis, o que acabou desencadeando um processo deletério para a natureza pantaneira (KMITTA, 2016).

Em função do longo período de estiagem, houve um aumento considerável do plantel e uma grande concentração de reses em determinadas áreas sujeitas às enchentes, avanço de muitas propriedades em áreas de encosta e, como o Pantanal é propício para o gado, ainda que apresente deficiência de sais minerais, ocorreu também a inserção de gramíneas e leguminosas. Muitos criadores se constituíram em pontos de irradiação da pecuária, de ideias e novas modalidades de investimentos, como Nhéco Gomes, que possuía terras e planteis com rendimentos cada vez maiores por apostar no Zebu. Assim, saiu o boi nativo e entrou o zebu que tem ganho rápido de peso, com a operação das mudanças ambientais, melhores campos cobertos por massas de forrageiras. Não houve falta de água, foram cavados poços e abertos aguaceiros em fazendas como as da Nhecolândia com curral de 3.600 hectares, com cercas de aramado, curral australiano, construção de benfeitorias que visavam a ampliar investimentos no rebanho bovino.

Em jornais como “Folha da Tarde”, “O Momento” e o “Estado de São Paulo”, acentuava-se o interesse do Ministério da Agricultura pelo Mato Grosso e sua vastidão territorial, potencial ambiental e para a pecuária, que despertavam curiosidade não apenas para o país, mas também para fora dele. O próprio presidente Geisel enfatizava que uma das grandes soluções para a economia do país era o desenvolvimento com base na produção agropecuária e na modernização desta. O governo mato-grossense comprava a ideia e declarava que o estado responderia por essa demanda, aumentando a produção, melhorando o plantel bovino, liberando créditos e acesso às terras pelos pecuaristas. O amparo dos discursos vinha dos ruralistas na política, que chamavam para si a responsabilidade pela economia no Estado. Abrimos um parêntese aqui, para lembrar que no Estado a maioria dos políticos, como senadores e deputados, eram filhos ou integravam o núcleo dos chamados pioneiros e proprietários de extensas áreas.

Atrelado a esses fatos, dava-se a instalação da pedra fundamental da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Mato Grosso, ato considerado o início de uma jornada pelo desenvolvimento da agricultura. As bases de sustentação para a associação era que nenhuma questão pessoal interferiria na economia, pois a agricultura era a pedra fundamental do desenvolvimento brasileiro com racionalização e tecnificação do processo agrícola, o que colocava o país em destaque nas exportações e na agropecuária. Para Geisel, nenhuma questão era maior do que o avanço para a Amazônia legal. Mato Grosso era seu portal de entrada; uma vez transpassado, nada mais deteria a agropecuária no país.

Em publicação datada de 22 de março de 1975, o Jornal “Folha da Tarde” anunciou a liberação de 2 bilhões para o Centro-Oeste. Recursos do Governo Federal e da iniciativa privada foram destinados para a implantação de projetos agropecuários, construção de estradas, urbanização, habitações, rede de água. A execução dos projetos deveria ser feita pela SUDECO, pois a liberação desses recursos fazia parte da ocupação

econômica da Amazônia a partir do Centro-Oeste do Brasil. O engenheiro Nelson Jairo de Farias, responsável pelos ajustes no projeto, em uma palestra por ocasião do I Ciclo de Estudos brasileiros, promovido pela edilidade paulistana, dimensionou a importância da iniciativa privada no processo de desenvolvimento da Amazônia, partindo do Centro-Oeste. Para ele, os recursos de 2 bilhões e cem mil indicavam que a iniciativa privada investia sem medo no projeto, uma vez que apenas 800 milhões eram recursos oficiais como do PROTERRA e do FDPI – Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrado.

Para o superintendente da SUDECO, tratava-se de uma iniciativa pioneira de ação conjunta, pesando o investimento inicial mais para a iniciativa privada, mas com retorno em médio e longo prazo, já que caberia a ela dar as cartas para o desenvolvimento da agropecuária no Centro-Oeste, seguindo para explorar e desenvolver a tão esquecida Amazônia. Para o Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, diretamente envolvido nos projetos e na organização do “I Ciclo de Estudos, palestras e debates sobre a ocupação econômica da Amazônia”, a ideia era prestar serviço útil a largos setores empresariais e profissionais a fim de propiciar dados informativos sérios e atualizados sobre o monumental esforço de conquista e ocupação daquela vasta região do território brasileiro. Nessa leitura, as potencialidades madeireiras, minerais e agropastoris estariam sendo negligenciadas, e o caminho estava sendo construído via Mato Grosso; portanto, ninguém deveria ignorar que uma parcela substancial desse esforço decorria precisamente de investimentos financeiros vindos de empresas sediadas em sua maioria em São Paulo, assim como o trabalho profissional que ali desenvolviam geólogos, agrônomos e economistas, engenheiros e administradores de empresas formados nas escolas superiores paulistanas.

A ênfase recaía no fato de aproximar e romper fronteiras em um processo contínuo de incorporação da Amazônia, do Centro-Oeste, considerada a economia da nação. No entanto, as imagens projetadas que mostravam um potencial agrícola e pecuário, com área aproximada de 400 mil

km² de floresta aberta em regiões como Aripuanã, Jurema e Rondônia, cuja madeira era extraída e comercializada por um grupo de investidores estrangeiros – que viam potencial madeireiro semelhante em todo o Mato Grosso –, abrindo áreas para a agropecuária. Estudos foram realizados para a localização e o levantamento do potencial de ocupação e uso de terras férteis, recursos naturais, níveis de produção e rendimentos obtidos na região sul de Goiás, na região Sul do Mato Grosso, cujo processo de ocupação de terras estava em curso com alto potencial agrícola, após a extração da madeira em terras inexploradas em razão da falta de estímulo e de acesso a insumos, equipamentos e recursos por parte do Estado.

Era um período em que a ditadura impunha um discurso desenvolvimentista. O então presidente Geisel, entusiasta, anunciava a implantação de um programa dinamizador da ocupação dessas terras para o plantio e a colheita de soja, milho e demais cereais, como o trigo, pois, na avaliação do Ministério da Agricultura e de Geisel, convergindo com o superintendente da SUDECO, a região Centro-Oeste tinha a capacidade de incorporar 10 milhões de hectares para a agricultura e comportava, ainda, áreas para abrigar mais de 35 milhões de cabeças de gado. Evidenciava-se a importância das rodovias que, partindo em leque do Centro-Oeste, permitiriam a ocupação efetiva e econômica do Mato Grosso e da Amazônia, e a exploração das riquezas que esses territórios abrigavam em seu solo, subsolo. Mas, essa ousadia somente seria possível com os recursos e o destemor da iniciativa privada, que colheria seus dividendos em médio e longo prazo.

Em 22 de julho de 1970, o Jornal Folha da Tarde, anunciou que o Exército brasileiro assumiu a missão de construir a Rodovia Cuiabá-Santarém. Mario Andreazza, militar de forte influência em vários governos da Ditadura e Ministro dos transportes na época, afirmou que o Presidente Médici não admitiu nenhuma discussão quanto à sua construção, considerando que ela se configurava como a solução para a integração nacional, sendo uma obra histórica e que seria interligada ao grande

projeto de desenvolvimento econômico do país rumo à Amazônia.

A ocupação da Amazônia, via Centro-Oeste, deveria ocorrer até 1974; portanto, não admitia discussões ou retrocessos, teria de avançar Brasil adentro, cujos frutos de tantos esforços seriam colhidos, com glória, em longo prazo. Rasgou-se o Pantanal com a Transpantaneira e a Amazônia com a Transamazônica. Desnudou-se o Cerrado na faina de produzir grãos!

Planalto e Planície como porta de entrada para a economia privada

O alarde político em prol do desenvolvimento com recursos da iniciativa privada ficou evidente na realização da 7ª Exposição Agropecuária, onde se ressaltava o dinamismo da pecuária em Mato Grosso como marco do progresso. Corumbá foi o palco desse evento, refletindo o progresso pantaneiro na pecuária já considerada como o sustentáculo da economia e a principal fonte de renda do Estado. Corumbá era vista como a capital do Pantanal. A obtenção de recursos inflava os discursos, colocando a pecuária aliada ao pioneirismo de homens de coragem, como uma atividade que mudaria os alicerces da base econômica; assim, o boi foi conquistando a planície pantaneira, reconstruindo o poder da agropecuária e abrindo caminhos para o planalto.

O mesmo discurso colocava homens, com sangue do bandeirante, tangendo rebanhos tresmalhados pelos cerrados, cujas fazendas e plantéis demonstravam que o Pantanal não estava com economia estagnada, onde a pecuária e o fazendeiro podiam até ser esquecidos pelos incentivos do governo; assentava, ainda, o tema da pecuária pantaneira no rol de assuntos prioritários de altas administrações. O serrano e o paulista que desciam para os pantanais vinham pelo seu desenvolvimento e pela sua potencialidade; afinal, Corumbá era um ponto estratégico para início da pecuária no Centro-Oeste pela facilidade de acesso às terras e aos plantéis, pelos campos de pastagens, pelas florestas com potencial madeireiro cobiçado

por indústrias nacionais de capital privado e estrangeiras, com investimentos crescentes.

Na avaliação dos envolvidos em projetos desenvolvimentistas para o Mato Grosso, Centro-Oeste e Amazônia, era preciso manter a elaboração de bons planos que deveriam ser entregues ao governador do Mato Grosso, sem amarrar essas propostas a políticas conservacionistas defendidas por pessoas que nada entendiam de economia. Considerava-se que as autoridades locais custaram, mas entenderam a Amazônia legal. Por um lado, a abrangência de seu território igualava-se à soma de vários países europeus e não poderia permanecer como vinha sendo tratada, deixada à revelia, à mercê dos indígenas ou puxada pelos conservacionistas radicais. Por outro lado, a Amazônia era relegada por aqueles que acreditavam ser melhor ocupar que entregar. Era preciso dizer o que deveria ser explorado sem prejuízos para os excepcionais ecossistemas, mas sem esquecer qual era o objetivo principal desses projetos e o capital neles investidos.

Nesse interim, entre os anos 1970 e 1990, jornais, como o Estado de São Paulo, começaram a publicar propagandas e ofertas de sementes como sorgo, colômbio, milho, capins (gordura, Jaraguá, chorão, Rhodes, braquiária), leguminosas (soja perene, soja santa rosa, labe labe, alfafa, alfafa do nordeste, feijão de porco, feijão guandu, galáctica e striato) que eram vendidas pela Associação de criadores de São Paulo. Maquinário agrícola, acompanhado de especificações para a sua utilização na abertura de áreas de pastagens e agricultura, também eram divulgados, sem deixar de lado informações sobre a facilidade de obter recursos para a aquisição.

Eis que emerge a MATEMAT – Mineração em Mato Grosso, no período de 1970 a 1988, entre proibições e liberação do garimpo, cuja solução era a criação da cooperativa na região do Mato Grosso e Amazônia Legal para organizar atividades garimpeiras e cooptação de recursos para programas que alavancassem o garimpo na Amazônia, cujo subsolo escondia riquezas minerais. O registro de abertura de editais perpassou edições seguidas do jornal o Estado de São Paulo, abrindo concorrência pública para arrendamento

de equipamentos, máquinas e prédios, terras e instalações para extração de britagem e moagem; editais de concorrência pública para elaboração de estudos e de exploração e implantação de empreendimento metalúrgico de Cassiterita em Cuiabá. A MATEMAT estava no centro da disputa entre o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, estado criado em 1977, pela posse da mineradora URUCUM S/A, inclusive com a tentativa de Júlio de Campos de vender as ações da MATEMAT para que esta não fosse repassada ao novo Estado.

Surgiram especulações voltadas para as ações do Projeto RADAM (a partir de 1975, passou a chamar-se RADAM Brasil) que, já atuante na Amazônia Legal, se voltaria para o Centro-Oeste, com atenção especial ao Pantanal com o objetivo de melhorar as condições da pecuária, mapeando lugares livres das águas, buscando formas de demarcar e drenar áreas alagáveis, desviando cursos para evitar inundações. Os 18 volumes apresentados a Geisel modificaram o rumo das discussões, trazendo revelações impressionantes e mudando o mapa convencional que se tinha da Amazônia; as fronteiras nacionais que estavam fora de lugar, abrindo para mais possibilidades de exploração madeireira e mineral, mostraram também a existência de 120 campos de pouso clandestinos usados para o contrabando de diamantes e demais minérios; foram catalogados tipos de solo, relevo, vegetação e clima, ou seja, um trabalho que vinha sendo realizado em conjunto com a iniciativa privada ao custo de 50 milhões de dólares, voltando-se para o Centro-Oeste e, posteriormente, para o Nordeste.

Uma reportagem, publicada na página 51 do jornal O Estado de São Paulo, de 20 de abril de 1969, assinada pelo Presidente do Banco da Amazônia, Francisco Lamartine Nogueira, apresenta a “receita” do impulso econômico, da expansão de atividades voltadas para a exportação com fluxos orientados para financiamento de empreendimentos exportadores, mediante trocas internacionais e interregionais, possibilitando e aproveitando vantagens comparativas para suprir os mercados compradores.

As Políticas Federais de incentivos fiscais e a abertura de novas áreas devido à construção de estradas federais proporcionavam uma oferta abundante de recursos naturais dos quais a região amazônica é dotada, como a madeira, minérios e pecuária, o que abriu uma nova etapa para o setor de investimentos. Foram 213 projetos aprovados pela SUDAM, auferindo vantagens propiciadas pela legislação desenvolvimentista vigente e 112 projetos pertencentes ao setor agropecuário e extrativista, transformando essa atividade na mais rentável (PEREIRA, 1997).

Os projetos atendiam à perspectiva do desenvolvimentismo do momento, na direção de alcançar financiamentos voltados fundamentalmente para a aquisição de matrizes e reprodutores de alta linhagem para formação de um plantel inicial; limpeza e formação de pastagens, construção de cercas e currais, produtos veterinários compunham as estratégias em direção à melhoria do rebanho. Pecuária explorada com bases científicas e possibilidades excepcionais de se consolidar na Amazônia como setor líder de crescimento; no Norte seria uma atividade destacada na integração da região ao complexo econômico brasileiro. Nesse projeto, encontravam-se ofertas de recursos naturais, áreas de produção e expansão; Eixo rodoviário Brasília-Acre, Campo Grande-Cuiabá, Vilhena, Porto Velho, Rio Branco até Pucalpa; BR-16 projetada de Santarém-Moju-Brasil; Central- Cuiabá; Eixo Projetado BR-93 Porto Velho-Humaitá-Manaus; Rodovia ligando Manaus a Boa Vista (Roraima); Belém-Brasília com ramificações ligando Pará a Maranhão-Goiás; Região do Baixo Amazonas com a utilização de áreas de várzeas e terra firme; Norte-Goiano e Mato grossense da Chapada Central e do Pantanal; áreas de pastagens naturais e os campos do cerrado situados no litoral amapaense, arquipélago de Marajó, Maranhão Ocidental, Baixo e Médio Amazonas, Vale do Rio Branco (Acre) Norte Goiano, Chapada Mato Grosso e campos lavrados de Roraima; ocupação dos grandes espaços continentais tipificados por baixa densidade demográfica (CASTRO *et al.*, 2002, PEREIRA, 1997).

Há registros de protestos dos irmãos Vilas Boas perante a FUNAI, sem produzir nenhum efeito, sobre

[...] a abertura da rodovia BR-080, ligando a BR-163 Cuiabá-Santarém, [que] abriu novas áreas à expansão dos projetos agropecuários, mas trouxe também, problemas graves com relação aos povos indígenas, pois a mesma cortou o Parque Nacional do Xingu, praticamente, dividindo-o em dois. (OLIVEIRA, 2016, p. 166).

Nas palavras do economista Samuel Benchimol, a definitiva integração da Amazônia seria obra dos pecuaristas goianos e mato-grossenses, que empurravam a fronteira do boi até a calha central do rio Amazonas. Integração com mercados garantidos, com demanda internacional, e mercado nacional de baixa rentabilidade em consonância com a baixa renda da população brasileira. Havia amplos complexos técnicos e de empreendimentos, e interdependências técnicas e econômicas; por isso, os efeitos positivos oriundos das atividades agropecuárias seriam sentidos em toda a sua amplitude.

Para concluir

A modernização brasileira, verdadeira força motriz dos projetos políticos no Brasil, com destaque para meados do século XX, buscou articular tecnologia, técnica e aprofundamento das relações capitalistas tanto na produção quanto nas relações de trabalho, marcando o cotidiano do país e dos brasileiros. Conforme referido neste texto, o Estado brasileiro se organizou, juntamente com setores da iniciativa privada, para levar adiante um projeto considerado moderno e que objetivava incorporar macrorregiões ao conjunto de áreas já consideradas produtoras de riquezas.

Certamente, ideias e desejos de modernidade aparecem antes da segunda metade do século XX, marcados por ações em vários aspectos, ações e eventos no país. Durante os governos de Getúlio

Vargas, é possível identificar ações que indicavam intenções de mudanças nos traços de um país considerado totalmente agrário, ao mesmo tempo em que se apostava na incorporação de áreas rurais ao ambiente produtivo brasileiro, o que estimulava a fixação de populações em áreas de pouca densidade demográfica, uma vez que as populações indígenas não foram inseridas nos projetos governamentais na condição agentes históricos. A título de exemplo dessas ações, em 1943 o governo Vargas criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, no atual Mato Grosso do Sul, com a finalidade de instalar colonos em uma área considerada importante por estar na fronteira com o Paraguai.

Nos 1950 a modernização continuaria no horizonte, marcada, cada vez mais, pela exclusão social e pelo desenvolvimento capitalista. O governo de Juscelino Kubistchek pode ser tomado como ícone desse modelo de desenvolvimento em razão de seus projetos desafiadores: a construção de Brasília e a construção de grandes rodovias que deveriam cruzar o país. No curso dos anos 1960-1970, período em que o Brasil esteve sob uma Ditadura Militar, os projetos modernizadores passaram a estar fortemente vinculados, quando não subordinados, ao ideário da geopolítica da defesa nacional e no escopo dessa forma de pensar e levar adiante projetos financiados unicamente por agências do Estado ou, em algumas situações, consorciados com a iniciativa privada.

No decorrer da segunda metade do século XX, o desenvolvimento das atividades agrícolas encerrava dois movimentos antagônicos: a migração do campo para as cidades e a demanda pela ocupação econômica de áreas ainda marginais ao crescimento do capitalismo no campo. Os projetos e discursos estatais e privados de estímulo à ocupação econômica do Centro-Oeste e da Amazônia – áreas integrantes de biomas próximos, mas com sensíveis diferenças entre eles –, são o resultado do processo histórico de transformação econômica do Brasil em um país agroexportador de produtos básicos, resultante tanto do cosmo agropastoril quanto extrativo, ou seja, de produtos

de baixo valor agregado e matéria-prima para núcleos industriais localizados em outros países.

É nessa ambiência que é possível compreender o tema apresentado nesse artigo, no qual nos ocupamos de referir as relações deletérias da expansão dos movimentos de inserção econômica da Amazônia, do Centro-Oeste, com destaque para o bioma pantaneiro em “plantas” de produção de *commodity* – definição elegante para produtos que alimentam a desigualdade social no Brasil e a atualização dos lugares econômicos dos países no comércio internacional. Esse processo, que ocorreu nos lugares referidos ao longo do texto, provocou impactos profundos nos ecossistemas e ainda prosseguem ampliando o desequilíbrio ambiental e social, o que é uma marca histórica da colonização brasileira.

Referências

- AB’SABER, Aziz Nacib. O Pantanal Mato-Grossense e a teoria dos refúgios. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Geografia**, v. 50, n. esp., p. 9-57, 1988.
- BARROZO, João Carlos. **Mato Grosso: a (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá/MT; EdUFMT, 2010.
- BARROZO, João Carlos. A questão agrária em Mato Grosso. In: RODRIGUES, Candido, NETO, Vitale Joanoni. (org.) **Nova História do Mato Grosso Contemporâneo**. Cuiabá: EdUFMT, 2018.
- BORGES, Fernando Tadeu de M. **Do extrativismo a pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso. 1870-1930**. São Paulo: Scortecci, 2001.
- CAMPOS, Fausto Vieira de. **Retrato de Mato Grosso**. 2. ed. São Paulo, 1960.
- CASTRO, Sueli; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete; PRETI, Oreste. **A colonização oficial em Mato Grosso: A nata e a borra da sociedade**. 2. ed. Cuiabá: EdUFMT, 2002.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. **Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870–1920)**. 1981. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História?, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e fronteira: o sul de Mato Grosso (1870-1920)**. Campo Grande: EdUCDB, 2005.
- CORREA FILHO, Virgílio. **Fazendas de Gado no Pantanal Matogrossense**. Documentário da vida rural n. 10. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola. Ministério da Agricultura, 1955.
- CORREA FILHO, Virgílio. **Pantanais matogrossenses (Devassamento e Ocupação)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946. Biblioteca Geográfica Brasileira. (Série A: “Livros”, Publicação, vol. 3).
- ESSELIN, Paulo Marcos. **A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento do Pantanal Sul-mato-grossense (1830-1910)**. 2003. 358 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História., Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2003.
- GIRARDI, Eduardo P.; ROSSETTO, Onélia C. Análise da pecuária no pantanal Mato-Grossense. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, número especial, p. 1-16, 2011.
- GOMES, Cristiane T. do A. Cerzozimo. Mato Grosso: imigração, comércio e navegação na Bacia do Prata. In: RODRIGUES, Candido; NETO, Vitale Joanoni (org.). **Nova História do Mato Grosso Contemporâneo**. Cuiabá: EdUFMT, 2018. p. 19-46.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma, a modernização na selva**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- IBGE. **Desbravar, Conhecer, Mapear Memórias do Projeto Radam/RadamBrasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

- JORNAL DIÁRIO DE CORUMBÁ. Corumbá, MS (6ª feira), 30 de dezembro de 1977, ano VIII, n. 2.404.
- JORNAL FOLHA DA TARDE. Corumbá, MS (4ª feira), 22 de julho de 1970, ano XII, n. 3.372.
- JORNAL FOLHA DA TARDE. Corumbá, MS (6ª feira), 7 de dezembro de 1973, ano XV, n. 4.342.
- JORNAL FOLHA DA TARDE. Corumbá, MS, 22 de março de 1975, p. 2.
- JORNAL FOLHA DA TARDE. Corumbá, MS (6ª feira), 4 de abril de 1975, ano XVI, n. 5.676.
- KMITTA, Ilsyane do Rocio. **Descortinando os pantanais**: a construção de um paraíso às avessas entre o limite das águas e dos homens. 2016. 334f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2016.
- LEITE, Eudes Fernando. **Marchas na história**: comitivas de peões – boiadeiros no Pantanal. Campo Grande, Editora UFMS, 2003.
- LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na Frente Oeste de Colonização**. Cuiabá: Imprensa da Universidade; PROEDI; UFMT, 1982.
- MARTINS, José de S. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. *In*: SCWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 659-726.
- MENDONÇA, Rubens de. **História das Revoluções em Mato Grosso**. Editora Cinco de Março, Goiânia, 1970.
- NOGUEIRA, Albana Xavier. **Pantanal**: homem e cultura. Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense**: Grilagem, Corrupção e Violência. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.
- PEREIRA, José Matias. O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia A implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 34, n. 134, abr./jun. 1997. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/902/1/ARTIGO_ProcessoOcupacaoAmazônia.pdf. Acesso em: 3 jan. 2023.
- PÓVOAS, Lenine de Campos. **Mato Grosso**: um convite à fortuna. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1977.
- PROENÇA, Augusto César. **Pantanal**: Gente, tradição e história. 3. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1997.
- QUEIRÓZ, Paulo R. Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo Sul de Mato Grosso (Séculos XIX e XX). *In*: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. p. 15-75.
- RODRIGUES, Cândido; NETO, Vitale Joanoni (org.). **Nova História do Mato Grosso Contemporâneo**. Cuiabá: EdUFMT, 2018.
- RONDON, José Lucídio Nunes. **No Pantanal e na Amazônia em Mato Grosso**. Cuiabá, 1971.
- RONDON, José Lucídio Nunes. **Tipos e aspectos do Pantanal**. Mato Grosso. Gráfica Urupês. São Paulo, 1972a.
- RONDON, J. Lucídio N. **Recursos Econômicos de Mato Grosso**. Cuiabá, 1972b.
- ROSSETTO, Onélia C.; DALLA NORA, Giseli; MANFRINATE, Rosana. Impactos socioambientais da inserção do agronegócio no pantanal brasileiro:

trilhando caminhos. In: PIGNATI, Wanderlei Antonio, et. al..Desastres sócio-sanitários-ambientais no Brasil. São Paulo Outras Expressões, 2021.

SILVA. João dos Santos Vila da; ABDON, Myrian de Moura.. Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. **Pesq. Agropec. Bras.**, Brasília, v. 33, número especial, p. 1703-1711, out. 1998a.

SILVA. João dos Santos Vila da *et al.*. Levantamento do desmatamento no Pantanal Brasileiro até 1990/91. **Pesq. Agropecuária. Bras.**, Brasília, v. 33, número especial, p.1739-1745, out. 1998b.

SOUZA, Lécio Gomes de. História de uma região: Pantanal e Corumbá. Editora Resenha Tributária Ltda. São Paulo, 1973.